

ATA DA 7 REUNIÃO

Aos 23 dias do mês de novembro de 2018 realizou-se a Sétima Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Pesca no auditório do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Município de São José. A reunião foi aberta pelo Coordenador da Câmara, prof. Roberto Wahrlich (Univali), esclarecendo que apesar do convite para esta reunião ter sido enviado somente na segunda-feira, com apenas 5 dias de antecedência, foi encaminhado e-mail no dia 14 de novembro informando sobre a realização da reunião nesta data e solicitando o envio de contribuições para a pauta. Colocou-se em aprovação a ata da reunião anterior, aprovada sem alterações. Foi solicitado que esses documentos sejam disponibilizados no site da Secretaria da Agricultura e da Pesca, assim como a nova versão do regimento interno incluindo a modificação aprovada na Sexta Reunião Ordinária.

Passou-se para o 2º item da pauta: a pesca com gerival, demanda do Diretor da Pesca da Prefeitura de Florianópolis, Fábio Brognoli, o qual levantou o problema dessa modalidade de pesca considerada de arrasto ocorrer nas Baías de Florianópolis onde a pesca de arrasto é ilegal. Sugeriu que seja criado um Grupo Técnico para discutir a possibilidade de regulamentação dessa pescaria. Roberto Wahrlich (Univali) lembrou que esse problema pode ser encontrado em outros municípios, como Biguaçu, São José, Palhoça. O pescador Mancha (CPP) mencionou que não é contra, mas desde que a malha seja cumprida como no Paraná que é de 2,5 cm no Paraná e na Baía da Babitonga.

Roberta (CEPSUL) levantou a existência de um conflito com a pesca de caceio. O CEPSUL está olhando para este problema e o Ministério Público também está atento. Sugeriu a criação de um grupo de trabalho e uma oficina para tratar o assunto. Everton (EPAGRI) sugeriu a participação da Epagri na discussão, principalmente de São Francisco do Sul, onde a pesca do Gerival é regulamentada. Roberto (Univali) comentou que o uso do gerival está regulamentado na Baía de Babitonga desde 1986. Sugeriu que seja feito um levantamento de informações sobre o uso do Gerival nas baías Norte e Sul e ouvir os grupos de pescadores envolvidos nesta pesca, que poderiam ser identificados diretamente pela Epagri Prefeituras e Colônias de Pescadores. A indicação dos locais de descargas da pesca de gerival poderá ser fornecida pela UNIVALI, a partir de dados do Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira em Santa Catarina - PMAP. O pescador Queiroz (Sto. Antônio de Lisboa) sugere que a pesca com **gerival** seja autorizada, desde que seja com canoas legalizadas e a arte

licenciada, com malha adequada e para pescadores profissionais. Sugeriu que informações sejam trazidas para uma reunião extraordinária com a elaboração de um documento ou informe técnico propondo uma legislação. O representante da Secretaria da Agricultura de Itapoá levantou que a pesca com **gerival** é a sobrevivência dos pescadores que respeitam o defeso, na Baía da Babitonga. Adriana (Colônia de Piçarras) sugere o envolvimento dos pescadores na discussão. Roberto mencionou que se têm informações sobre algumas lideranças envolvidas nessa pescaria. **Foi deliberada a elaboração de um documento ou informe técnico avaliando a viabilidade de regulamentação da pesca com gerival nas baías Norte e Sul e envolvimento dos pescadores na discussão e complementação dessa base técnica. Foi prevista a realização de uma reunião extraordinária para tratar deste tema em fevereiro de 2019. A coordenação deste trabalho ficará com o representante da Univali.** O 3º item da pauta tratou de um informe sobre as reuniões do SCC e CPG, cujas **atas serão enviadas oportunamente para todos os membros desta Câmara Setorial.** Marcos (APPAECSC) fez um relato da reunião do **CPG Pelágicos Sudeste/Sul.** Foi citado que no CPG foi definido que SC iria apresentar propostas de regulamentação da INI 12/2012 (redes de emalhar), do arrasto de praia e cercos flutuantes. **Também foi mencionado que ficou aberta a possibilidade de apresentação de proposta de autorização diversificada para embarcações de pesca artesanal na modalidade de emalhe.** Arno (IBAMA) comentou que existe legislação para o cerco flutuante **e para rede de arrasto de praia e que enviaria para a coordenação da Câmara.** No 4º item de pauta foram apresentadas informações sobre a criação do Grupo Interministerial para revisar e aprimorar o sistema de **permissionamento** de Pesca INI 10/2011, com as etapas de trabalho **em desenvolvimento.** Marcos reforçou que foi solicitado ao CPG que seja incluída na discussão da autorização diversificada como já existe no Rio Grande do Sul. Relatou que este é um dos grandes problemas da pesca de rede de emalhe em Santa Catarina. Roberta (CEPSUL) comenta que esse assunto é trabalhado desde 2015. Roberto (UNIVALI) sugeriu que o CEPSUL **possa encabeçar um trabalho neste sentido (?)**. O 4º item de pauta tratou da problemática do defeso do camarão sete barbas: prof. Roberto apresentou a demanda levantada por pescadores da região Norte de Santa Catarina, e passou a palavra ao vereador Luizinho de Penha, representando a Comissão da Pesca do Litoral Norte, juntamente com as Colônias de Pescadores de Piçarras, Penha, Itapoá. O vereador explicou que a captura é proibida **nos meses de** março, abril e

maio. Que estudos da Univali comprovam que o defeso está em período errado, já que o maior pico de reprodução é na primavera. Mencionou que a demanda foi levada à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP, em Brasília. Que é a principal atividade de pesca a partir de Balneário Camboriú até o Norte de Santa Catarina com cerca de 1.500 pescadores. Informou que existem vários empregos dependentes da salga de camarões, em torno de 400 pescadores, fora as salgas somente no município de Penha. **Daniela (SEAP) propõe que a questão seja levada para a SEAP em Brasília, com subsídio técnico, após discussão junto às comunidades (audiências) para levar algo embasado.** Vereador Luizinho comentou que foram feitas quatro audiências públicas e existem estudos sobre isso (Univali). Everton (EPAGRI) comentou que há 10 anos isso vem sendo discutido. Roberto (Univali) solicitou que a Comissão encaminhe todos os documentos que possuem, inclusive o regaste da alteração do período de defeso em 2008. Adriana (Pres. Colônia Z-26) levanta a importância sócio-econômica para as pessoas da região. Marcos (APPAECSC) sugere que todos os documentos sejam levantados e encaminhados ao CPG dos Recursos Demersais para dar início à discussão. Roberta (CEPSUL) levantou que o defeso não é só do camarão sete barbas, mas envolve outras espécies e não é a questão de reprodução, é uma norma nacional que acaba afetando algumas comunidades. Sugere que se analise de uma forma mais ampla, com maior discussão. Jonecir (Secretaria de Agricultura e Pesca de Itapoá) levantou as dificuldades dos pescadores, como a questão do SPU. Roberto (UNIVALI) perguntou quais os próximos passos do Comitê. Luizinho disse que gostaria de participar da Câmara discutindo esse assunto. Roberto mencionou que levantou os documentos históricos desse assunto, encontrando documentos de 2006. **Sugeriu-se ao Vereador que a Comissão encaminhe solicitação para ingressar na Câmara, com envio de nomes de titular e suplente.** No 5º item de pauta, o prof. Roberto apresentou os resultados do Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira em Santa Catarina - PMAP do primeiro semestre de 2018. Passando ao 6º item de pauta, foi realizada a eleição do coordenador e secretário, sendo aprovado por aclamação a recondução de Roberto Wahrlich e Sérgio Winckler, respectivamente, para um novo mandato de dois anos. **Roberto sugeriu levar um balanço dos 2 anos de funcionamento da Câmara para o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural.** Foi colocada em aprovação a inclusão do representante AMSAL (extenso...) na Câmara, sendo aprovada pelos membros. Levantou-se a necessidade de trazer informações sobre a Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca, com relação a regulamentação da pesca na

faixa de 3 milhas da costa. Roberto relatou que foram feitas várias tentativas de apresentação do Plano de Manejo da APA, porém não foi possível conciliar a agenda dos representantes da APA com as reuniões da Câmara. **Roberta comentou que o Walter tem participado de todas as reuniões e poderia fazer um relato.** Não tendo mais nada a tratar a reunião foi encerrada.